



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/a - Cambé - Fortaleza - Ceará - CEP 60.830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207.7178 - fax - 3207.7190 - <http://www.tjce.jus.br> - e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

TERMO DE INSPEÇÃO REALIZADA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE TAMBORIL, EM CUMPRIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES CONSTANTES DAS PORTARIAS NS. 74/2014, DE 14/7/14 E 86/2014, DE 2/10/14, DA LAVRA DO EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR FRANCISCO SALES NETO, CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

No dia 18 (dezoito) do mês de novembro do ano de 2014, às 8:00 horas, na Vara Única da Comarca de Tamboril, onde presentes se achavam o Juiz Corregedor Auxiliar Dr. Neuter Marques Dantas Neto; a Juíza Substituta titular da Vara Única da Comarca de Tamboril, Dra. Ariana Cristina de Freitas, a Diretora de Secretaria Aucilene Coriolano Gonçalves e Servidores lotados na unidade, teve início a inspeção correcional ordinária, nos termos dos atos administrativos acima epígrafados.

Ao iniciar as atividades, o Juiz Corregedor Auxiliar informou aos presentes a finalidade do ato, ministrando instruções a respeito das ações a serem desempenhadas durante a fiscalização, fazendo referência aos dados do Formulário de Inspeção, Correição e Visita (FICOVI), previamente preenchido sob responsabilidade da Vara e encaminhado à Corregedoria. Após a conferência dos dados constantes do mencionado formulário, iniciou-se o exame das ações em curso no Juízo, priorizando-se a análise em relação às ações referentes aos presos provisórios e sentenciados, além das cartas precatórias. Por amostragem, foram analisados os processos envolvendo réus presos, menores, ações civis públicas, mandados de segurança, processos conclusos com prazos excedidos e aqueles que, por expressa previsão legal, exigem tramitação prioritária.


Foram analisados e despachados 200 (duzentos) feitos, sendo planilhados 100 (cem). Segundo dados estatísticos, existem em tramitação 1.521 (um mil, quinhentos e vinte e uma) ações, tomando-se por base as informações constantes do SGECE, no mês de outubro de 2014.

Por ocasião dos trabalhos, constatou-se que os feitos na sua grande maioria possuem andamento célere, sendo digno de elogio o trabalho realizado pela Magistrada **Ariana Cristina de Freitas**.

METAS CNJ: foram constatados pequenos atrasos na prestação jurisdicional em relação aos feitos submetidos às Metas 2 de 2009 e 2 de 2010, existindo 41 (quarenta e um) processos relativos à primeira Meta e 14 (catorze) referente à segunda.

Quanto às cartas precatórias: verificou-se pequena quantidade de cartas precatórias, 14 (catorze) no total, sendo que todas estão com andamento regular e/ou aguardando realização de audiência. Registre-se que o prazo máximo para designação das audiências é de um mês.


ARIANA CRISTINA DE FREITAS
JUIZA SUBSTITUTA
DO ESTADO DO CEARÁ


Neuter Marques Dantas Neto
JUIZ CORREGEDOR AUXILIAR



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/a – Cambéba – Fortaleza – Ceará - CEP 60.830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207.7178 – fax – 3207.7190 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

ESTATUTO DO IDOSO: as causas relacionadas ao Estatuto do Idoso tramitam de forma prioritária, atendendo assim expressa disposição legal. Registre-se que todos os feitos contam com etiqueta identificadora.

Ações penais em curso no módulo: analisadas as ações de réus presos, num total de 47 (quarenta e sete) encarcerados, não se detectou irregularidades.

TRIBUNAL DO JÚRI: a Vara é competente para feitos do Tribunal do Júri, existindo somente 08 (oito) processos aguardando realização de sessão, que ocorrerá no início do ano de 2015.

Verificou-se que os **mandados de prisão** expedidos pela unidade indicam o prazo de validade com base na causa extintiva da punibilidade, atendendo assim expressa recomendação do CNJ.

Ações afetas ao Juizado da Infância e da Juventude: a Vara possui competência para questões envolvendo crianças e adolescentes, havendo 3 (três) processos onde em um está sendo aplicada medida de internação provisória de 45 dias.

Bens, armas, munições e substâncias entorpecentes apreendidas: armas de fogo apreendidas, logo que chegam na Secretaria, são enviadas à Assistência Militar do TJCE, para serem destruídas. Quanto aos entorpecentes, a Secretaria armazena em arquivo próprio e em seguida providencia sua incineração.

AÇÕES CÍVEIS: a unidade, em razão de sua competência, possui 699 (seiscentas e noventa e nove) feitos cíveis. No que concerne aos processos sem movimentação não há feitos paralisados.

De igual modo, não existem processos criminais sem movimentação há mais de 100 dias.

PROJETO PAI PRESENTE: orientações foram repassadas com relação ao assunto, procurando reforçar a atuação para a correta implementação do Projeto. Com relação ao tema, verificou-se, através do FICOVI, que foi editada a Portaria nº 09/2014, de 7/5/14, estabelecendo procedimentos para os trabalhos, visando o cumprimento do Provimento nº 26/2012, do CNJ. Conforme informações da Secretaria até a presente data foram ajuizadas 13 (treze) ações com reconhecimento voluntário, 58 (cinquenta e oito) mães informaram não possuírem interesse no reconhecimento, 1 (um) pai é falecido e 15 (quinze) estão com audiência de conciliação designada.

DEMAIS MATÉRIAS: o quadro de Agentes de Proteção da Infância e Juventude não foi instalado, pois, embora aberto o procedimento, não houve voluntários. Não há Defensor

Adriana Cristina de Farias
Juiz Substituta
DO ESTADO DO CEARÁ

Neuter Marques Dantas Neto
Juiz Corregedor Auxiliar



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/a – Cambeba – Fortaleza – Ceará - CEP 60.830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207.7178 – fax – 3207.7190 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

Público em atuação no módulo judiciário nem advogado contratado pelo Município para atender a população carente. A Vara tem como representante do Ministério Público o Dr. Francisco Ivan de Sousa. Com referência às Metas Nacionais do Judiciário, cumpre pontuar o seguinte: a) a unidade encontra-se interligada ao TJCE e à rede mundial de computadores (META 3 de 2009); b) a juíza titular está cadastrada nos sistemas Bacenjud, Renajud e Infojud (META 8 de 2009). c) A Juíza concluiu a capacitação em Administração Judiciária (META 8 de 2010); d) Encontra-se implantado na unidade o sistema de registro audiovisual de audiências (META 2 de 2011). d) O atendimento ao público ocorre no período das 8 às 18 horas; e) a unidade utiliza o MALOTE DIGITAL; f) considerando o primeiros meses de 2014, de acordo com dados extraídos do SGEN, constata-se que a Meta 1 de 2013 está sendo atingida, uma vez que os feitos sentenciados superam os processos distribuídos; g) Banco Nacional de Mandados de Prisão – Resolução 137/11-CNJ: os mandados encontram-se cadastrados.

BOAS PRÁTICAS: 1) Utilização de tarja rosa indicando que o processo é de réu preso, a fim de haver maior celeridade; 2) Identificação dos processos com tarjas de cores variadas, relativos às Metas do CNJ, execução da pena, infância e juventude e estatuto do idoso.

LIVROS: foram analisados os livros da Vara que encontram-se pormenorizadamente descritos em ficha própria.

INSTALAÇÕES FÍSICAS DO FÓRUM: com relação às instalações físicas da Vara Única, verificou-se que encontra-se em razoáveis condições. Há instalação adequada para o acesso de pessoas com necessidades especiais, havendo banheiro especialmente projetado para esses usuários. Constatou-se, também, que os equipamentos (computadores e impressoras) existentes na Secretaria são parcialmente suficientes para o regular andamento dos feitos judiciais em tramitação (6 PC's e 3 impressoras). Há segurança no Fórum efetuada por agentes do Programa Pró-cidadania. O prédio não conta com câmeras de circuito interno, mas possui detectores de metal, estando em pleno funcionamento.

SERVIDOR: a unidade conta com 4 (quatro) servidores efetivos do TJCE, 2 (dois) funcionários da Prefeitura Municipal e 1 (um) terceirizado.

CENTRAL DE CONCILIAÇÃO: foi criado o Núcleo de Conciliação na Comarca de Tamboril, através da Portaria nº 04/2012.

CONSELHO DA COMUNIDADE: foi instalado, mediante a Portaria nº 16/2014, estando em pleno funcionamento.

RESIDÊNCIA OFICIAL: existe casa oficial para o Juiz, porém o prédio encontra-se cedido ao Município.

Arádua Cristina de Freitas
JUÍZA SUBSTITUTA
DO ESTADO DO CEARÁ

Neuter Marques Dantas Neto
UIZ CORREGEDOR AUXILIAR



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/a – Cambeba – Fortaleza – Ceará - CEP 60.830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207.7178 – fax – 3207.7190 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

AUDIÊNCIAS: a Magistrada titular realiza audiências de segunda a sexta-feira.

RECLAMAÇÕES: não foram registradas reclamações específicas quanto ao desempenho do Juízo.

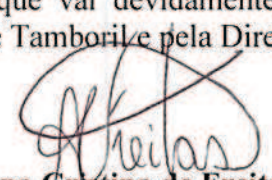
CADEIA PÚBLICA: a Comarca possui Cadeia Pública, localizada na Rua Vicente Alves do Vale, s/n, bairro Pereiros, Tamboril/CE, contando com 04 celas, as quais se encontram em péssimo estado de conservação, além de não possuírem janelas de ventilação. Atualmente o ergástulo abriga 36 detentos, sendo sua capacidade de apenas 20 presos.

RECOMENDAÇÕES: sem prejuízo de outras recomendações que venham a ser lançadas ao relatório final, foram formuladas as seguintes, já por ocasião do encerramento da inspeção: 1) Impulsionar o Projeto Pai Presente; 2) Deve haver especial empenho da magistrada em relação aos processos criminais; 3) providenciar janelas de ventilação para as celas da cadeia pública.

Por fim, o Juiz Corregedor Auxiliar deu por ultimada a Inspeção às 17:30 horas, do dia 18 de novembro de 2014, cujo resultado será formalmente apresentado ao Conselho Superior da Magistratura, através de circunstanciado relatório, o qual será instruído com as planilhas e papéis, onde constarão os registros pertinentes, com o resumo de todo trabalho desenvolvido, os resultados obtidos e demais providências a serem adotadas.

E, para constar, foi lavrado o presente termo, que vai devidamente assinado pelo Juiz Corregedor Auxiliar, Juíza titular da Vara Única de Tamboril e pela Diretora de Secretaria.


Neuter Marques Dantas Neto
Juiz Corregedor Auxiliar


Ariana Cristina de Freitas
Juíza Substituta titular de Tamboril


Aucilene Coriolano Gonçalves
Diretora de Secretaria